

Ulysses prefere que presidente não tenha poderes caudilhescos

Brasília — Wilson Pedrosa

BRASÍLIA — "Nem parlamentarismo nem presidencialismo caudilhesco" disse o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, a respeito da fórmula ideal de governo. Ele acha que o melhor sistema é o presidencialista com Legislativo forte, investido de poderes para fiscalizar a atuação dos ministros de Estado. Condenou o parlamentarismo misto — "essa coisa eclética" — e afirmou que o sistema de governo a ser decidido pela Constituinte entrará em vigor ainda no mandato do presidente José Sarney.

Ulysses elogiou o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte e defensor do parlamentarismo, mas está convencido de que o presidencialismo é o melhor sistema. "Em países desenvolvidos o sistema parlamentar tem tido êxito, mas em nações como o Brasil acho que o presidencialismo é mais apropriado porque apresenta respostas mais rápidas aos problemas que se apresentam."

O presidente do PMDB irritou-se quando um repórter perguntou por que, depois de declarações a favor do parlamentarismo, passou a apoiar o presidencialismo. "Talvez os jornais mudaram de opinião, porque sempre defendi o presidencialismo", disse.

Amanhã, Ulysses vai receber o anteprojeto da Constituição elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Previu uma grande disputa entre as correntes parlamentarista e presidencialista e explicou por que o sistema de governo deve vigorar logo que a nova Constituição for promulgada: "Não se pode legislar agora para o futuro presidente da República".

Complô — No Palácio do Planalto, depois de receber a Medalha do Mérito Legionário, condecoração da LBA, Ulysses negou que exista um complô de constituintes presidencialistas contra o anteprojeto de Bernardo Cabral. Ao despedir-se do presidente Sarney, prometeu telefonar-lhe, assim que receba o trabalho do relator da Comissão de Sistematização.

Ulysses voltou a defender o sistema presidencialista, alegando que "com o presidencialismo, o Executivo fica mais solto, mais atuante, mais em condições de voluntariedade para dar respostas aos problemas que existem no Brasil".



Ulysses acha importante reforçar o Legislativo

Texto prevê juizado de pequenas causas

A "Grande Comissão" que está preparando o substitutivo do relator Bernardo Cabral varou a madrugada trabalhando no 24º andar do Banco do Brasil para poder concluir o texto hoje, às oito horas da manhã. No começo da noite de ontem, dois assuntos ainda continuavam provocando muita polêmica: sistema de governo e reforma agrária.

Ontem pela manhã, ficou praticamente pronto o capítulo referente ao Poder Judiciário. A mudança mais importante foi a criação, nos estados, de juizados de pequenas causas, com a participação de juízes leigos — ou seja, sem diploma de direito —, para julgamentos orais sumaríssimos. Segundo o senador José Inácio (PMDB-ES), relator adjunto de Cabral que apresentou a emenda, pelo menos 60% dos processos judiciais passarão a ser resolvidos por essa via.

Inácio defendeu a necessidade de se agilizar a administração da Justiça, lembrando por exemplo, que no fórum do Rio existem audiências de rito sumaríssimo relativas a reivindicações trabalhistas marcadas para o século XXI, devido ao acúmulo de processos. Na nova fórmula, haverá direito de recurso das decisões dos juízes de pequenas causas à justiça ordinária, em única instância.

Juiz de paz — Foi decidida também a criação da figura do juiz de paz remunerado, para funcionar em bairros ou distritos, eleito pelo voto direto e secreto por tempo definido, para resolver, pela via da conciliação, pequenos conflitos. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, já disse a amigos que essa seria uma das mudanças mais revolucionárias na Constituição.

O substitutivo trará novidades também na cúpula do Poder Judiciário. Foi confirmada a definição do Supremo Tribunal Federal como corte constitucional, composta por onze ministros nomeados pelo presidente da República, ouvido o Senado — no projeto anterior, o número de ministros previsto era de 16. O Superior Tribunal de Justiça, a ser criado, terá 33 juízes e não 36, como constava do texto anterior.

Muitos artigos do projeto de Constituição caíram nas rodadas de negociações no Banco do Brasil. A obrigação do repasse para o Judiciário de percentuais fixos dos orçamentos foi cortada. A autonomia financeira do Judiciário será limitada pela lei de diretrizes orçamentárias. As vinculações de garantias e vedações entre magistrados, procuradores, promo-

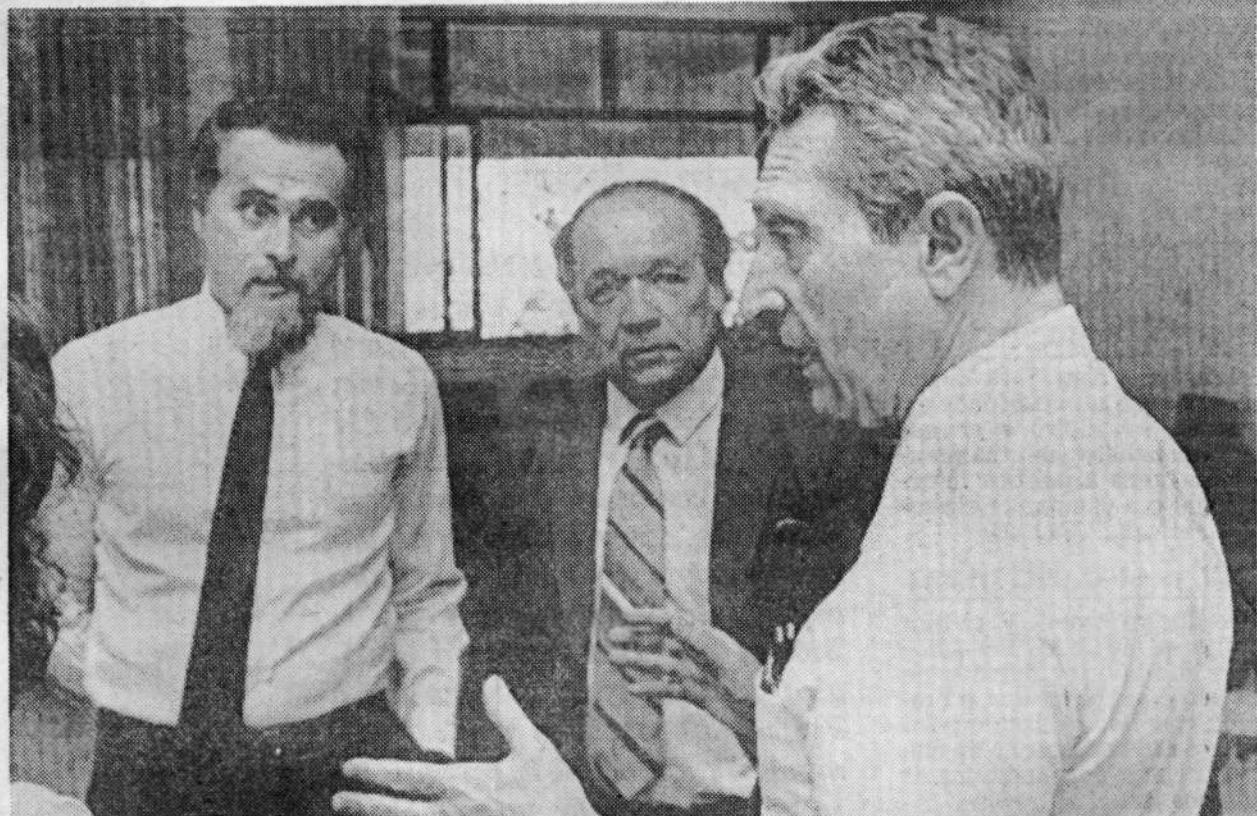
tores e defensores públicos tampouco foi mantida.

Justiça agrária — A criação da justiça agrária, proposta no projeto de Constituição, foi suprimida do substitutivo, que remeteu os processos de natureza agrária para a competência da justiça federal. Os acidentes de trabalho continuarão a ser julgados, como hoje, na justiça comum. A idéia anterior era passá-los para a jurisdição da Justiça do Trabalho. Foi decidida ainda a criação de Tribunais Regionais do Trabalho em todos os estados.

Em pelo menos três pontos, porém, não foi possível um acordo no capítulo do Judiciário. Primeiro, o que obriga a autoridade policial a comunicar a instauração de procedimento investigatório criminal ao ministério público. A pressão da polícia é grande contra essa inovação. Ela também não aceita a correição (fiscalização) do Ministério Público na polícia judiciária.

O último ponto de polêmica é o da justiça militar. Duas correntes se defrontam na definição do que seja crime militar. Uma acha que é aquele praticado por militar e definido na lei. A outra propõe que a definição seja mais ampla, incluindo também os civis.

Brasília — José Varella



Genoíno (E) e Brandão (C) discutem com Plínio de Arruda (PT) a tática da esquerda

Grupos se consideram fora do acordo

Alijada das negociações que envolveram a elaboração do substitutivo do deputado Bernardo Cabral e com poucas informações sobre ele, a esquerda na Constituinte — que reúne o PT, o PDT, o PSB, os dois Partidos Comunistas e o Movimento de Unidade Progressista do PMDB — se reuniu e conseguiu definir pelo menos uma estratégia comum: não negociar dezoito questões consideradas básicas, que deverá levar a plenário uma a uma. O rol das questões inegociáveis começa pela reforma agrária e definição da empresa nacional e vai até o fim da censura e a anistia para os militares.

"Nós vamos pedir destaque a tudo o que for de interesse popular. Os que estão negociando vão ser obrigados a botar a cara para fora e decidir no voto",

afirmou o deputado José Genoíno (PT-SP).

A tática, segundo dois dos presentes ao encontro, é a de descentralizar as articulações. Para cada um dos temas fechados pelo bloco de esquerda será feita uma negociação isolada. No plenário, muitos que votam em solta e estabilidade de emprego votam favoravelmente a um conceito de empresa nacional que exclui as multinacionais, afirmou um deles.

"Reunidos, nós temos três mil emendas. Se for necessário destramos todas e levamos isto até fevereiro", disse o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro. Segundo o líder, apenas uma das questões já definidas por Cabral, entre as

chamadas "polêmicas", agrada o grupo: a obrigação de que os partidos consigam um mínimo de meio por cento da votação nacional para continuarem existindo.

Eis os pontos defendidos pela esquerda: reforma agrária prevendo omissão imediata na posse; conceito de empresa nacional restrito; liberdade de organização partidária; voto proporcional; Forças Armadas voltadas para a segurança externa; reserva de mercado em áreas estratégicas: tribunal constitucional; controle da dívida externa pelo Congresso; Conselho de Comunicação que inclua empregados na área; nacionalização do sistema financeiro; anistia; fim do estado de defesa; quatro anos de mandato para o presidente José Sarney; verbas públicas para o ensino público; e fim da censura.